



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Administração e Finanças

Ricardo da Silva Garcia

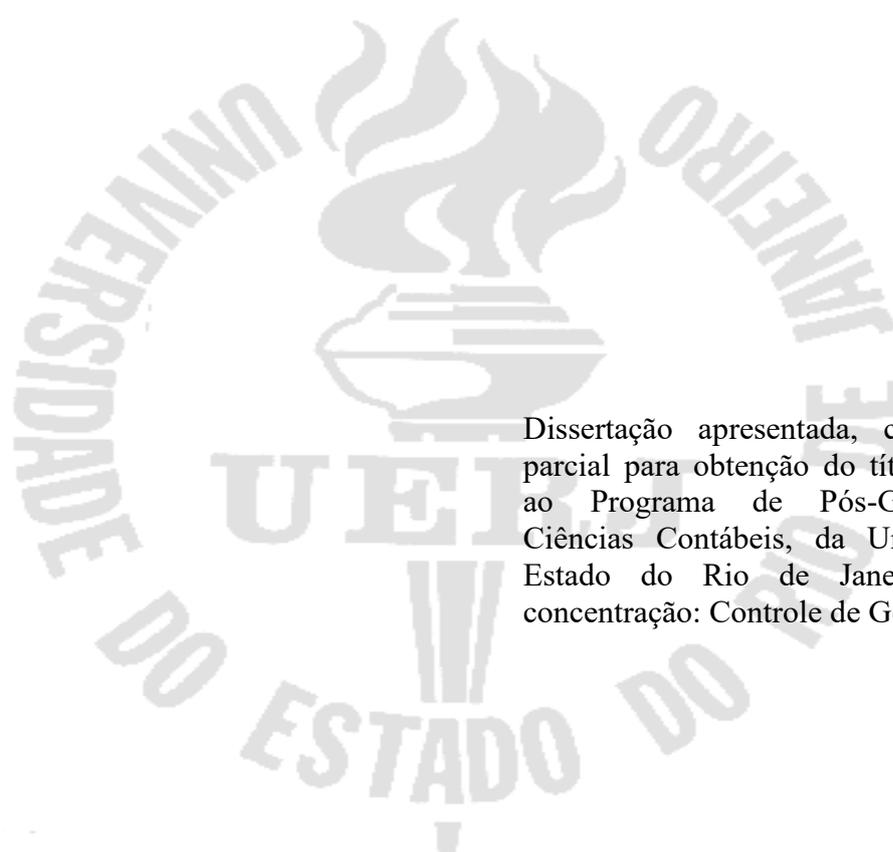
**Relato Integrado: uma análise do nível de aderência dos capitais não
financeiros da Magazine Luiza**

Rio de Janeiro

2023

Ricardo da Silva Garcia

Relato Integrado: uma análise do nível de aderência dos capitais não financeiros da Magazine Luiza



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Orientadora: Prof. Dra. Mariana Pereira Bonfim

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/B

G216 Garcia, Ricardo da Silva.
Relato Integrado: uma análise do nível de aderência dos capitais não financeiros da Magazine Luiza / Ricardo da Silva Garcia . – 2023.
54 f.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Mariana Pereira Bonfim.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Administração e Finanças.
Bibliografia: f. 47-54.

1. Relato integrado – Teses. 2. Magazine Luiza (Firma) – Teses. 3. Indicadores não financeiros – Teses. I. Bonfim, Mariana Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Finanças. III. Título.

CDU 658.1:303.211

Bibliotecário: Fabiano Salgueiro CRB7/6974

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ricardo da Silva Garcia

Relato Integrado: uma análise do nível de aderência dos capitais não financeiros da Magazine Luiza

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Finanças, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Aprovada em 20 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Mariana Pereira Bonfim (Orientadora)
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

Prof. Dra. Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

Prof. Dra. Ticiane Lima dos Santos
Universidade Federal Rural da Amazônia

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a meus pais Eli e Ivone, por todo investimento na minha educação. Ao meu irmão Thiago pelo companheirismo ao longo dos anos. A minha namorada Beatriz por todo incentivo e compreensão para realizar essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela saúde física e emocional que foi me dado, principalmente durante o período da elaboração da dissertação do mestrado.

Agradeço a minha mãe, Maria Ivone que sempre me apoiou, em todos os momentos, me incentivou a sempre buscar conhecimento, me confortou em momentos difíceis e me ensinou a nunca desistir dos nossos objetivos e sonhos.

Agradeço ao meu pai, Eli Manoel que sempre me apoiou e sempre me instruiu a ser fiel aos meus princípios e a manter a cabeça erguida em qualquer situação.

Agradeço ao meu irmão, Thiago Garcia, que sempre me apoiou e me ajudou sempre que podia, me privando dos problemas que apareciam e me permitindo estudar sem preocupações.

Agradeço a minha companheira Beatriz Patta, que sempre me apoiou e incentivou a buscar sempre melhorar, me ajudou em minhas dificuldades e me ensinou sobre o mundo acadêmico.

Agradeço aos meus amigos que mestrado me proporcionou, o Professor Mestre André Braga e Professora Mestra Samara Contrera na qual dividimos angústias e alegrias no processo, sempre que possível, um ajudando ao outro a permanecerem firme no processo.

Agradeço a minha Orientadora Professora Doutora Mariana Bonfim, pela paciência, boa vontade, empatia e principalmente por não ter desistido de mim. Obrigado! Sem a ajuda com certeza não teria chegado até aqui, serei sempre grato por isso! Obrigado de coração!

Agradeço também aos membros da banca Professora Doutora Ticiane Santos e Tania Gouveia pelas contribuições do trabalho.

E mais uma vez, agradeço a Deus, por sempre me ouvir no silêncio dos meus pensamentos, as vezes feliz, as vezes triste, mas sempre comigo. E ter colocado pessoas certas em momentos certos para chegar até aqui e também os aprendizados que obtive durante a jornada até aqui para conquistar esse mérito, OBRIGADO!

“Trabalho duro e esforço superam a genialidade!”

Masashi Kishimoto, Rock Lee (Naruto)

RESUMO

GARCIA, Ricardo da Silva. *Relato Integrado: uma análise do nível de aderência dos capitais não financeiros da Magazine Luiza, 2023*. 54 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A emissão dos Relatos Integrados (RI) busca atender à uma nova e crescente demanda de informações não financeiras, buscando dados que não são eventualmente quantificados em numerais. O objetivo da presente pesquisa foi o de analisar o nível de aderência da empresa Magazine Luiza aos indicadores chave (KPIs) de desempenho dos capitais não financeiros. Para isso, foram coletados os RIs da empresa dos anos de 2018 a 2022, e analisada a evidenciação dos indicadores não financeiros (Capital Natural, Capital Humano, Capital Social e Relacionamento e Capital Intelectual) por meio de um *checklist*, totalizando 34 indicadores-chaves, que auxiliam os *stakeholders* na tomada de decisão mais consciente na escolha para seus investimentos. A escolha da Magazine Luiza S.A. se deu em decorrência da mesma realizar a emissão voluntária de seu RI, por demonstrar um cunho mais social em suas ações e por possuir uma política de inclusão publicamente evidenciada e incentivada. Através dos achados da pesquisa, foi possível perceber que a companhia possui um nível de evidenciação considerado “bom” e de nível 1. A companhia também apresentou um índice geral de 82% de evidenciação em seus KPIs nos relatórios apresentados.

Palavras-chave: Relato integrado. Magazine Luiza. Indicadores. Não financeiros.

ABSTRACT

GARCIA, Ricardo da Silva. *Integrated Report: an analysis of the level of adherence of non-financial capitals from Magazine Luiza, 2023*. 54 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The issuance of Integrated Reports (IR) seeks to meet a new and growing demand for non-financial information, seeking data that is not eventually quantified in cash. The objective of this research was to analyze the level of adherence of the company Magazine Luiza to the key performance indicators (KPIs) of non-financial capitals. To this end, the company's IRs from 2018 to 2022 were collected, and the disclosure of non-financial indicators (Natural Capital, Human Capital, Social and Relationship Capital and Intellectual Capital) was analyzed using a checklist, totaling 34 key indicators, which help stakeholders make more informed decisions when choosing their investments. The choice of Magazine Luiza S.A. was due to it voluntarily issuing its IR, demonstrating a more social nature in its actions and having a publicly demonstrated and encouraged inclusion policy. Through the research findings, it was possible to see that the company has a level of disclosure considered “good” and level 1. The company also presented an overall disclosure rate of 82% in its KPIs in the reports presented.

Keywords: Integrated report. Magazine Luiza. Indicators. Non-financial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Classificação dos capitais presentes no Relato Integrado	23
Quadro 2	Pesquisas anteriores	27
Quadro 3	Capitais não financeiros e KPIs	33
Quadro 4	Classificação dos níveis de divulgação considerada no resultado do ID ..	35
Quadro 5	Índices de Capital Natural	36
Quadro 6	Índices de Capital Humano	37
Quadro 7	Índices de Capital Social e de Relacionamento	39
Quadro 8	Índices de Capital Intelectual	40
Quadro 9	Resumo aderência KPIs	41
Quadro 10	Quantidade de páginas do relatório	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tipos de estudos de caso	32
Tabela 2	Tipos de projeto para estudos de caso	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A4S	Accounting for Sustainability Project
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CDP	Carbon Disclosure Project
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVC	Comissão de Valores Mobiliários
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DEA	Análise Envoltória de Dados
ESG	Environmental, Social and Governance
FR	Formulários de Referência
GRI	Global Reporting Initiative
IC	Capital Intelectual
ID	Índice de Divulgação
ID	Índice de Divulgação
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IFAC	International Federation of Accountants
IFRS	International Financial Reporting Standards Foundation
IIRC	International Integrated Reporting Council
IN	Instrução Normativa
IR	Integrated Reporting
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISSB	International Sustainability Standards Board
KPI	Indicadores-Chave de Desempenho (Key Performance Indicators)
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
RI	Relato Integrado

RRI	Reputational Risk Index
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SASB	Sustainability Accounting Standards Board
VRF	Value Reporting Foundation

LISTA DE SÍMBOLOS

Σ Somatório

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.1	Relato Integrado	18
1.1.1	<u>Histórico e surgimento do Relato Integrado</u>	18
1.1.2	<u>Estrutura Conceitual e principais definições</u>	20
1.1.3	<u>Capitais financeiros e não-financeiros: indicadores-chave</u>	21
1.2	Teoria da Divulgação e <i>disclosure</i> voluntário	24
1.3	Pesquisas anteriores	27
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3	ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	36
3.1	Capital Natural	36
3.2	Capital Humano	37
3.3	Capital Social e de Relacionamento	38
3.4	Capital Intelectual	40
3.5	Aderência da Magazine Luiza na Divulgação de seus KPIs	41
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

As questões ambientais e sociais estão cada vez mais relacionadas ao cotidiano das empresas: as companhias são exigidas a divulgar não somente questões financeiras, mas também as não financeiras (TEIXEIRA *et al.*, 2021). Preocupações como a imagem perante a sociedade e os *stakeholders*, possuir práticas sustentáveis, se atentarem ao mau uso dos recursos naturais e promover a igualdade social, já é uma realidade que as empresas estão se enquadrando (HACKSTON; MILNE, 1996; RIBEIRO, 2010; TINOCO; KRAEMER, 2011; DIAS, 2011). Essa “nova consciência” por parte da população e dos investidores impacta profundamente a vida financeira das empresas e, em virtude dessa nova demanda, as companhias buscam se adaptar e aderir a práticas corretas e justas em âmbito socioambiental e que possuam viabilidade econômica (ALENCAR *et al.*, 2015).

O desenvolvimento econômico e um meio ambiente saudável são elementos indissociáveis e é urgente conciliá-los, visto que são vitais para a sobrevivência da humanidade (RIBEIRO, 2010). As empresas, com o passar dos anos e a partir das demandas sociais, começaram a desenvolver essa racionalidade ambiental e, assim, o desenvolvimento sustentável, quando voltado para o ambiente corporativo, está diretamente relacionado ao conceito de responsabilidade social corporativa (RICARDO; BARCELLOS; BORTOLON, 2017).

Para atender essa nova demanda, de forma a ser evidenciado visivelmente e demonstrar essa preocupação com o meio ambiente, incentivar as boas práticas e de transparência na gestão, e com o intuito de alinhar as dimensões financeiras e não financeiras para criação de valor de uma organização, foi criado o conceito de Relato Integrado - RI (VRF, 2021). A sua concretização se deu a partir da parceria entre o *Global Reporting Initiative* (GRI) e o *The Prince's Accounting for Sustainability Project* (A4S) que se uniram com o objetivo de propor uma integração entre todas as dimensões relacionadas à operação da empresa (IIRC, 2010). Assim, foi criado o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) com o objetivo de criar uma estrutura de relatório que associasse informações de cunho financeiro, ambiental e social em um formato consistente (IIRC, 2010).

Para Perez Junior, Olivieri Neto e Silva (2014), a ideia de Relato Integrado não significa “apenas mais um relatório”, e sim a integração de informações financeiras e não financeiras resultantes do efeito da utilização dos recursos pelas organizações. Além disso,

Cheng *et al.* (2014) destacam que os Relatos Integrados apresentam novas oportunidades de pesquisas, considerando que esse modelo de relatório ainda está em fase de desenvolvimento.

Assim, em meio a novas práticas de gestão adotadas pelas empresas, surge a importância de os relatórios evidenciar o que de fato é verídico e que possui valor econômico, social e ambiental. Dascalu *et al.* (2010) enfatizam que as empresas tendem a ter uma posição competitiva mais forte quando não utilizam somente a contabilidade tradicional, mas também as informações do seu modelo de negócio alinhado à criação de valor a partir do desempenho das dimensões socioambientais, como apoio na tomada de decisão.

Nesse contexto, as informações financeiras habituais e as não financeiras, que evidenciam uma posição mais social da empresa, favorecem a tomada de decisão dos *stakeholders*. De acordo com Freeman (2010), *stakeholder* é qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar os objetivos organizacionais ou que possa ser afetado pelos resultados alcançados. Ou seja, envolve desde investidores, fornecedores, colaboradores, consumidores, além dos organismos governamentais e não governamentais, potenciais colaboradores e clientes e as comunidades do entorno das empresas ou dos fornecedores. Para Eccles e Krzus (2011), faz diferença informar as metas e a visão da empresa, além do *feedback* às partes interessadas, propiciando uma comunicação responsável e transparente.

O Relato Integrado divide seus conceitos fundamentais em três perspectivas: i) Capitais (financeiros, manufaturados, intelectuais, humanos, sociais e de relacionamentos e naturais); ii) Modelo de negócios da organização; e iii) Criação de valor no decorrer do tempo (VRF, 2021). Esses conceitos se utilizam de Indicadores-Chave de Desempenho Específico (KPIs, na tradução de *Key Performance Indicators*) para realizar sua mensuração. A elaboração desses indicadores-chave segue o bom senso e a responsabilidade das empresas, que determinam quais assuntos são materiais e também como estes devem ser divulgados. Os KPIs são apresentados em um arranjo lógico, norteados pelos princípios orientadores: i) enfoque estratégico e orientação futura; ii) conectividade de informações; iii) comunicação com as partes interessadas; iv) materialidade; v) concisão; vi) confiabilidade e completude; vii) consistência e comparabilidade (VRF, 2021).

Para Gomes *et al.* (2014), indicador de desempenho é um instrumento de avaliação e serve para mensurar e analisar os resultados obtidos em determinados períodos e sua utilização é parte do processo decisório. Os indicadores podem ser classificados em financeiros e não-financeiros: os primeiros, são apresentados através de índices econômico-financeiros e, os indicadores não-financeiros, podem surgir de diversas formas, seja

quantitativa ou qualitativamente. Neely (2002) afirma que existe uma unanimidade no fato de que as avaliações não financeiras devem equilibrar as financeiras

Para Callado, Callado e Andrade (2008) os indicadores são elementos fundamentais para medir o desempenho, bem como para a definição das variáveis que melhor representam o desempenho geral das organizações. Corroboram Srimai, Radford e Wright (2013), ao afirmar que os sistemas de medição de desempenho evoluíram para criar um meio para planejar, implementar e orientar a estratégia, de modo a proporcionar e manter uma vantagem competitiva a longo prazo. Um dos tópicos mais discutidos nos sistemas de medição de performance são o uso de medidas financeiras e não financeiras na avaliação de desempenho, pois devido ao cenário atual, se privilegiam os intangíveis aos tangíveis nas organizações (NASCIMENTO; KROENKE; BEUREN, 2010).

As crescentes críticas ao foco financeiro que as medidas de desempenho tradicionais têm recebido despertam interesse na inclusão de indicadores não-financeiros nas empresas (ŠOBOTA; PELJHAN, 2012). Para Pavie (2008), o desempenho financeiro influencia diretamente o comportamento social corporativo das empresas, pois as que têm um bom desempenho financeiro podem aplicar recursos na dimensão social. Assim como as estratégias da empresa devem estar ligadas à criação de valor para os acionistas, elas também devem estar alinhadas ao planejamento e à execução dos processos (DIAS, 2008).

Apesar de indispensáveis, os indicadores financeiros não são suficientes para avaliar a saúde da empresa, pois, apesar de servirem para avaliar a gestão e gerar ações para que os objetivos sejam alcançados, são necessárias outras medidas de desempenho que consigam dar ao gestor maior segurança ao tomar suas decisões, tanto interna quanto externamente à empresa (MACEDO; CORRAR; SIQUEIRA, 2009). Para Neely (2002), as avaliações do grau de satisfação dos clientes, dos empregados, dos fornecedores e a avaliação do capital intelectual, representam dimensões não financeiras do desempenho das empresas.

Segundo Poincelot e Wegmann (2008), os indicadores não-financeiros de desempenho mitigam os conflitos de interesse entre gestores e empregados no intuito de melhorar o conhecimento dos esforços e realizações dos funcionários. Esses indicadores fornecem informações sobre o comportamento, a influência, auto incentivo e podem propiciar mudanças em termos de necessidade de competências.

Especialmente a respeito dos quocientes socioambientais, estes têm revelado sua importância ao longo do tempo: para acompanhar o progresso, tais índices tornaram-se ferramentas de apoio aos tomadores de decisões e àqueles relacionados à elaboração de políticas, além de serem direcionadores para o alcance do desenvolvimento sustentável

(GARCIA; GUERRERO, 2006). Além disso, por conta de as empresas possuírem um compromisso com a sociedade e o meio ambiente, é necessário que exista um relacionamento de respeito na perspectiva social e também o interesse na preservação do meio ambiente, minimizando seus impactos. Assim, a empresa pode continuar a ser vista como um dos pilares fundamentais no desenvolvimento econômico e social de um determinado país (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010).

De acordo com Elena (2012), as vantagens da utilização dos indicadores não-financeiros devem-se ao fato de atuarem como mecanismos de controle ou de incentivo, auxiliando na tradução da estratégia da organização, facilitando a relação com a arquitetura organizacional e podendo reduzir o conflito de interesses entre diretores e acionistas. Para Neely (2002) os benefícios da avaliação de desempenho podem acarretar em incremento das receitas, redução dos custos, melhora na qualidade dos serviços e aumento do grau de satisfação dos clientes.

Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual o nível de aderência da Magazine Luiza aos indicadores-chave (KPIs) de desempenho dos capitais não-financeiros?**

Como escolha metodológica e para o alcance do objetivo proposto, optou-se pela análise dos Relatos Integrados de uma empresa listada na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), que tenha regularidade no envio desse relatório para os investidores e que busque uma presença mais social e sustentável. Assim, a empresa objeto de análise é a Magazine Luiza S.A., por divulgar os seus relatórios anualmente, desde 2012.

A Magazine Luiza é uma empresa varejista, fundada em 1957, em São Paulo, pelos empresários Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato. A prática de comunicação e a demonstração da transparência nas informações, foram os critérios para a escolha da Magazine Luiza, tanto em ambiente interno, quanto o externo. A constante de evidenciar seus resultados, tanto financeiros quanto o seu organismo interno, suas prospecções futuras, social e ambiental de forma transparente, e a utilização de indicadores não financeiros para sua mensuração, fazem parte de um sistema efetivo de comunicação com seu público consumidor, seja ele cliente final ou para seus investidores, de uma maneira mais abrangente, a todos os seus *stakeholders*.

Além de uma forte representatividade no meio social, a Magazine Luiza, possuem projetos de cunho social bem estruturados e elogiados perante a sociedade, inclusive com premiações como a de melhor empresa para se trabalhar, em estratégias de marketing,

presença em redes sociais, serviços ao cliente, inovações no e-commerce, CEO como personalidade do ano, entre outros.

OBJETIVO GERAL

Analisar o nível de aderência da empresa Magazine Luiza aos indicadores chave (KPIs) de desempenho dos capitais não financeiros.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar a evolução, ao longo dos anos, da divulgação dos capitais não financeiros da empresa analisada;

Examinar o grau de concisão dos Relatos Integrados da Magazine Luiza;

Relacionar os KPI's não financeiros divulgados pela companhia com o exigido pela norma.

Além desta introdução, este trabalho está dividido da seguinte maneira: seção 1 com o referencial teórico, contemplando a evolução das questões ambientais e sociais e seus impactos nas empresas e conceitos sobre o Relato Integrado; em seguida, na seção 2 estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a construção da pesquisa; a seção 3 trata das análises e discussões dos resultados e, por fim, a seção 4, com as considerações finais da pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda sobre a história e o surgimento do Relato Integrado, no Brasil e no mundo, bem como as principais definições presentes no *framework* e os indicadores-chave de capitais financeiros e não-financeiros. Esta seção também trata da Teoria da Divulgação e sobre a divulgação voluntária de relatórios com o objetivo de fornecer um suporte teórico que auxilie na análise dos dados.

1.1 Relato Integrado

Diante do mercado competitivo, as empresas, principalmente as que estão presentes no mercado de capitais, passaram a ter novas exigências na exposição de suas informações, seja por pressões coercitivas ou por pressões sociais advindas dos diferentes *stakeholders* (SOARES *et al.*, 2020). Isso porque os investidores, sejam os existentes ou potenciais, desejam conhecer e compreender o desenvolvimento das organizações nas quais irão investir (GARCIA; CIASCA; MARÇAL, 2019). É nesse contexto que surge o Relato Integrado.

1.1.1 Histórico e surgimento do Relato Integrado

Em 2004, foi criado o *The Prince's Accounting for Sustainability Project* (A4S), grupo capitaneado pelo então Príncipe Charles da Inglaterra, com o intuito de conectar as informações financeiras com as não financeiras, presentes nos relatórios corporativos (RODRIGUES; MORAIS; CUNHA, 2016). Desse movimento, em dezembro de 2009, surgiu o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), coalizão global de reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e ONGs, para emitir padrões gerais do RI, dar suporte aos usuários e sistematizar as experiências (programa piloto) com empresas de vários segmentos e países, inclusive o Brasil (ALVES *et al.*, 2017).

Diante disso, através da elaboração de uma Estrutura Conceitual (*framework*), o IIRC propôs um relatório que contribuiria com o alcance de seus objetivos, comumente chamado de

Relato Integrado. De acordo com esta Estrutura, as empresas deveriam expandir suas divulgações de forma a incluir todos os recursos utilizados na sua atividade principal, bem como seu modelo de negócios e as estratégias subjacentes integradas aos diversos capitais abrangidos pelo relatório, sendo eles: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural (IIRC, 2013; CHENG *et al.*, 2014).

Nessa perspectiva, um Relato Integrado é um relatório organizacional de divulgação pública, o qual contém informações financeiras e não financeiras. Assim, através do RI, espera-se que as organizações divulguem, em intervalos regulares de tempo, suas estratégias, operações, resultados e impactos naturais, integrados aos seus aspectos sociais, ambientais e financeiros (SOYKA, 2013).

Para sua implementação nas companhias, o IIRC desenvolveu um programa piloto: através desse projeto, os membros aderentes tiveram a oportunidade de discutir, desenvolver, testar e compartilhar experiências na elaboração dos Relatos Integrados. E mais: através do programa, estas entidades se juntaram buscando o desenvolvimento e o compartilhamento de suas atividades para a elaboração de melhores relatórios integrados de acordo com a Estrutura Conceitual do IIRC (VILLIERS; UNERMAN, 2014). No contexto mundial, mais de 100 organizações fizeram parte do programa piloto e, no Brasil o programa teve a aderência de 12 empresas: AES Brasil, BNDES, BRF S.A, CCR S.A, CPFL Energia, Fibria Celulose S.A, Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE, Itaú Unibanco, Natura, Petrobras S.A., Via Gutenberg e Votorantim (CASTANHA *et al.*, 2021).

Em maio de 2021, o IIRC se fundiu ao *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), organização responsável por estabelecer padrões de divulgação de informações de sustentabilidade para fins financeiros, dando origem assim à *Value Reporting Foundation - VRF* (IFRS, 2021a). Em novembro de 2021, foi anunciada a criação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB), pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (Fundação IFRS). O ISSB tem como objetivo definir padrões da temática ambiental, social e de governança nos relatórios corporativos, fornecendo informações completas aos investidores (IFRS, 2021b).

Desse modo, observa-se que a criação do RI é resultado da conexão entre relatórios financeiros e não financeiros em prol do pensamento integrado, ou seja, através de uma visão holística do processo de criação de valor de uma empresa. O objetivo é explicar aos provedores do capital financeiro como a organização gera valor ao longo do tempo, por meio de informações relevantes (VRF, 2021).

Em relação a sua obrigatoriedade, a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 14/20 tornou obrigatória para as companhias abertas, quando da decisão de elaboração e divulgação do Relato Integrado, a Orientação CPC 09 – Relato Integrado, e determinou que o RI deve ser objeto de asseguarção limitada por auditor independente registrado na CVM. Ressalte-se que a Resolução entrou em vigor em 01 de janeiro de 2021, assim sendo, os efeitos em relação aos Relatos Integrados são iniciados a partir dessa data (CVM, 2022).

1.1.2 Estrutura Conceitual e principais definições

Para Simnett e Huggins (2015, p. 30), o RI trata-se de um instrumento informacional, apoiado em um paradigma voltado ao pensamento integrado da gestão social, ambiental e financeira da organização, o qual “incentiva as empresas a fornecer uma descrição concisa e holística do desempenho da empresa com base em uma abordagem de ‘múltiplos capitais’ que descreve o processo de criação de valor de uma organização a curto, médio e longo prazo”. Assim, o objetivo do Relato Integrado consiste em explicar como uma organização gera valor no decorrer do tempo.

Para Havlová (2015), a questão da integração de relatórios surgiu como consequência do crescente número de documentos emitidos pelas empresas, para suprir a demanda de informações para a tomada de decisão, especialmente, de investidores. Mas nem sempre tais informações chegavam a tempo, de forma acessível e articulada. Esse é o propósito do Relato Integrado: ser uma inovação na comunicação da empresa com os investidores, não substituindo os demais relatórios corporativos, mas conectando-os na busca do alinhamento, da complementariedade.

No contexto organizacional, diversas empresas utilizam-se de relatórios como fonte principal de comunicação de informações relevantes para os seus *stakeholders* financeiros. Porém, nem sempre informações consideradas relevantes para outras partes interessadas são publicadas de forma elucidativa: por vezes, essa divulgação é feita mediante grandes volumes e complexos relatórios sociais e ambientais independentes (BARROS *et al.*, 2018). Além de dirimir informações inconsistentes e até contraditórias entre diferentes relatórios corporativos, o RI propõe conteúdos conexos, em linguagem concisa, para evidenciar a criação de valor de uma organização (ECCLES; KRZUS, 2011).

Para viabilizá-lo em distintos países e empresas, o RI é baseado em princípios gerais e não em normas específicas. Esses princípios básicos são interligados, não excludentes, visam a harmonização dos diferentes requisitos de informação (HIGGINS *et al.*, 2019) e orientam o conteúdo e a forma de apresentação e evidenciação das informações presentes no RI (CHENG *et al.*, 2014). Assim, no *framework* para sua elaboração, estão presentes sete princípios de orientação: i) foco estratégico e orientação para o futuro; ii) conectividade da informação; iii) relações com partes interessadas; iv) materialidade e concisão; v) confiabilidade e completude; vi) coerência, e; vii) comparabilidade (VRF, 2021).

Além dos princípios, os elementos de conteúdo fornecem as orientações necessárias para a elaboração do RI. No entanto, cabe as organizações determinar quais informações divulgar em consonância com suas especificidades e os princípios básicos (IIRC, 2013; VRF, 2021). No *framework*, são apresentados oito elementos de conteúdo: i) visão organizacional e ambiente externo; ii) governança; iii) perspectivas futuras; iv) modelo de negócios; e) estratégia e alocação de recursos; v) desempenho; vi) riscos e oportunidades; vii) bases para apresentação.

Desse modo, o RI aborda a importância do pensamento integrado, considerando que o envolvimento com os *stakeholders* ocorre regularmente nas atividades da organização e no curso de seus negócios, assim, a incorporação do pensamento integrado propicia a consideração completa das necessidades e demandas dos mesmos (LAI; MELLONI; STACCHEZZINI, 2018; NAYNAR; RAM; MAROUN, 2018). Tal fato ocorre pela conectividade das informações que flui eficazmente e auxilia na tomada de decisão a partir da incorporação do pensamento integrado (IIRC, 2013; VRF, 2021).

Através de uma comunicação concisa sobre a forma como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização levam à criação de valor, o RI é estruturado sob a ótica dos seis capitais: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural (VRF, 2021). Ou seja, a criação de valor resulta da maneira como a organização usa os diversos capitais e apura seus efeitos no decorrer do tempo, ao interagir com o ambiente externo (VRF, 2021). Tais capitais são repositórios de valor: aumentam, diminuem ou se transformam por meio das atividades e produtos da organização.

1.1.3 Capitais financeiros e não-financeiros: indicadores-chave

Neely, Gregory e Platts (2005) afirmam que um sistema de mensuração de performance pode ser definido como o jogo de métricas usado para quantificar tanto a eficiência quanto a eficácia das ações das empresas. Determinar quais medidas devem ser realizadas dependem da complexidade do processo que se deseja avaliar, da sua importância em relação às metas estabelecidas pela empresa e da expectativa de uso gerencial posterior destes dados (CHAVES; ALCÂNTARA; ASSUMPCÃO, 2008). Para Ribeiro, Macedo e Marques (2012), a etapa mais crítica é a determinação dos indicadores de desempenho a serem utilizados, pois esta define a eficiência do processo de medição.

Em sua pesquisa, Garrison, Norren e Brewer (2013) verificaram que os relatórios elaborados pela contabilidade financeira enfatizam as atividades passadas, a objetividade, a verificabilidade, a precisão e o desempenho em toda a empresa, enquanto os relatórios produzidos pela contabilidade gerencial enfatizam as decisões que afetam o futuro, a relevância, o fazer as coisas em tempo hábil e o desempenho no nível do segmento. Assim, os autores verificaram que os documentos da contabilidade financeira utilizam indicadores de capital financeiro, e os da contabilidade gerencial, os de capital não financeiro. Contudo, Eccles e Spiesshofer (2015) constataram limitações nos relatórios não financeiros produzidos pelas empresas, especialmente em relação à divulgação de informações sobre a responsabilidade social e ambiental, dificultando o entendimento dos usuários pela falta de conexão entre os diferentes impactos.

Diante disso, é importante compreender que o texto dos relatórios contábeis deve funcionar como um todo, de forma que não se pode sobrepor ao conteúdo, e o conteúdo não pode se sobrepor à forma, para evitar o ruído na comunicação com a presença de elementos que dificultem a leitura (PERROTTA, 2004). Partindo disso, os relatórios financeiros e não financeiros devem complementar um ao outro, gerando assim, mais valor aos *stakeholders*, fornecendo informações precisas para a tomada de decisão.

De acordo com Souza (2005), os índices financeiros são inter-relações de contas das demonstrações financeiras, cada um fornecendo a visão de um tópico específico da situação ou desempenho da organização. O autor ainda aborda que a avaliação de desempenho financeiro, quando bem realizada, garante suporte ao processo decisório da organização, principalmente quando são envolvidos planos estratégicos que podem influenciar no crescimento da organização e criação de valor para os acionistas. As análises com esse foco objetivam fundamentar o gestor no momento de definir políticas, ações e metas presentes no planejamento estratégico da organização.

Apesar de importantes e essenciais para avaliar a saúde da empresa, os indicadores financeiros não são suficientes, pois também são necessárias outras medidas de desempenho que consigam fornecer ao gestor maior segurança ao tomar suas decisões, tanto interna, quanto externamente à empresa (MACEDO; CORRAR, 2010). Desse modo, a proposta do *framework* do RI é integrar não só as informações financeiras da empresa como também as não financeiras, buscando evidenciar o valor que a empresa gerou ao longo do tempo (VRF, 2021). Para isso, o Relato Integrado correlaciona os seis capitais em sua estrutura e sua classificação está demonstrada no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação dos capitais presentes no Relato Integrado

Capital	Definição
Financeiro	Recursos utilizados na produção de bens ou na prestação de serviços, gerado por financiamentos ou investimentos.
Manufaturado	É composto por objetos físicos manufaturados (diferente de objetos físicos naturais) disponíveis a uma organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços, como por exemplo, os equipamentos.
Intelectual	Representado pelos intangíveis organizacionais baseados em conhecimento, como patentes.
Humano	Diz respeito às competências, habilidades e experiências das pessoas e suas motivações para inovar.
Social e de Relacionamento	São as relações com usuários internos e externos e a reputação da empresa.
Natural	São todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis de posse da organização.

Fonte: IIRC, 2013 e VRF, 2021.

O *framework* não exige a divulgação de todos os capitais e também permite que ela possa ocorrer de maneira diferente, contudo, a Estrutura Conceitual fornece uma orientação afim de direcionar as companhias na sua divulgação (VRF, 2021). Esse *disclosure* deve ocorrer com base em seus efeitos sobre a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo, e não pelo fato de serem, ou não, propriedade da organização (VRF, 2021).

Além disso, a divulgação dos capitais inclui fatores que afetam sua disponibilidade, qualidade e acessibilidade, e as expectativas da organização quanto à sua capacidade de produzir fluxos a partir do atendimento às demandas futuras. Isto se torna particularmente relevante no que diz respeito a capitais com pouca disponibilidade, ou seja, que não são renováveis, e que podem impactar a viabilidade, em longo prazo, do modelo de negócios da organização. Quando não for viável quantificar movimentos significativos nos capitais, divulgações qualitativas são feitas para explicar as mudanças na disponibilidade, qualidade ou acessibilidade de capitais como insumos empresariais, e como uma organização os aumenta, diminui ou transforma (VRF, 2021).

De acordo com Kassai (2017), os Relatórios Não Financeiros têm orientações de entidades específicas como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Global Reporting Initiative (GRI) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Em ambientes competitivos, os Relatórios não Financeiros ajudam as organizações a perceber se as vantagens estratégicas serão sustentáveis, se respondem a pressões internas e externas e, assim, gerir e evidenciar a responsabilidade social e ambiental da organização (Kloviene & Speziale, 2014). Kassai (2017) ainda corrobora que com o Relato Integrado, a linha divisória dessa dicotomia na Contabilidade fica cada vez mais tênue devido a demanda dos investidores também por informações gerenciais e não financeiras para avaliar, com mais propriedade, a criação de valor pela organização.

Conforme Da Cunha *et al.* (2016), há desafios para integrar a informação não financeira aos relatórios tradicionais, presos, essencialmente, às informações financeiras. A meta é reduzir a complexidade da informação divulgada para proporcionar, aos investidores e outros usuários, a informação necessária para conhecer as empresas, avaliar desempenhos e tomar decisões. Mudanças que demandam tempo para construir indicadores de desempenho (integrados e robustos), alinhados às novas demandas de informações

Carvalho e Kassai (2014) alertam, o RI não é junção banal entre relatórios, mas processo de convergência entre sistemas de gestão organizacional e comunicação corporativa, no tempo de cada empresa para que os profissionais envolvidos se adaptem ao modelo de negócio que sintoniza sociedade, natureza e fluxos de caixa.

A Ernst & Young (2014, p. 4) resume, “o relato integrado tem por objetivo rastrear de que forma os vários tipos de capital são utilizados, como se relacionam e as compensações realizadas pelas organizações”.

1.2 Teoria da Divulgação e *disclosure* voluntário

Os termos “divulgação” e “evidenciação” reportam-se ao termo *disclosure*, assim, essas palavras são tidas como sinônimos (MOTA; COELHO; QUEIROZ, 2014). O conjunto total do *disclosure* de uma empresa é composto não só por informações exigidas por lei, mas também por informações voluntárias que são úteis aos *stakeholders* no processo de tomada de decisões. Assim, o *disclosure* pode ser compulsório, ou seja, quando as informações

requeridas pela legislação ou por órgãos reguladores, e voluntário, quando não existe a obrigatoriedade de evidenciar determinadas informações (AVELINO, 2013).

O trabalho de Verrecchia (2001) se destaca para o estudo da Teoria da Divulgação, apresentado como uma abordagem analítica, no qual são descritos os modelos matemáticos desenvolvidos pela teoria para explicar e prever fenômenos relacionados ao *disclosure*. É importante destacar que o próprio Verrecchia pontua sobre a inexistência de uma teoria unificada da divulgação (SALOTTI; YAMAMOTO, 2005), contudo, o autor classifica os trabalhos existentes sobre o tema em três categorias: i) pesquisa sobre divulgação baseada em associação (*association-based disclosure*); ii) pesquisa sobre divulgação baseada em eficiência (*efficiency-based disclosure*), e; iii) pesquisa sobre divulgação baseada em julgamento (*discretionary-based disclosure*).

Na divulgação baseada em associação busca-se examinar a relação e os efeitos do *disclosure* nos agentes durante o evento da divulgação. Esta envolve trabalhos cuja preocupação central consiste em estudar os efeitos exógenos do *disclosure* nas mudanças das ações individuais de investidores que competem no ambiente do mercado de capitais, principalmente por meio do comportamento dos preços dos ativos em equilíbrio e do volume de negociação (VERRECCHIA, 2001).

A divulgação baseada em eficiência tem por objetivo verificar se existem arranjos eficientes no *disclosure* que seriam preferidos incondicionalmente. Desse modo, discute-se que tipos de informações são preferidas e mais eficientes, considerando-se a ausência prévia da informação (VERRECCHIA, 2001). Lima (2007) discute, ainda, que em pesquisas sobre divulgação baseada em eficiência, visualizam-se os estudos que recomendam a informação como redução da assimetria e verificam sua relação com a performance econômica das empresas.

Quanto à divulgação baseada em julgamento, analisa-se a discricionariedade que os gestores exercem com relação às decisões de *disclosure* (MURCIA; SANTOS, 2009). Essa categoria analisa a forma como os administradores e/ou empresas exercem discricionariedade no que diz respeito à divulgação de informações sobre as quais eles possam ter conhecimento (VERRECCHIA, 2001). A principal característica desse tipo de estudo consiste em tratar o processo de divulgação como um evento endógeno, assumindo que a administração pode optar entre divulgar ou não determinada informação (LIMA, 2009).

De acordo com Verrecchia (2001), uma teoria abrangente precisaria reconhecer todos esses aspectos, abordando, de modo apropriado, o papel da eficiência, dos incentivos e da endogeneidade do processo de mercado.

Para Dye (2001), a divulgação voluntária é um caso especial da teoria dos jogos com a seguinte premissa central: qualquer entidade que considere a possibilidade de uma divulgação, publicará informações que lhe sejam favoráveis, e não divulgará informações desfavoráveis para a companhia. O raciocínio é que o *disclosure* voluntário só ocorre se os benefícios gerados pela divulgação das informações voluntárias (redução do custo de capital, aumento da liquidez das ações) sejam superiores aos seus custos (custo de elaboração e publicação das demonstrações, custos de propriedade).

Dantas, Zendersky e Niyama (2004) salientam que o *disclosure* não implica somente em divulgar, mas divulgar com qualidade, oportunidade e clareza. Assim, para alcançar a transparência pretendida com a evidenciação, a instituição deve divulgar informações qualitativas e quantitativas que possibilitem aos usuários formar uma compreensão das atividades desenvolvidas e dos seus riscos, observando aspectos de tempestividade, detalhamento e relevância.

Cruz e Lima (2010) afirmam que o *disclosure* pode influenciar o comportamento dos usuários, uma vez que, de um lado afeta a percepção dos agentes econômicos em relação ao risco que a empresa oferece, influenciando no processo de alocação de recursos e estabelecimento dos preços dos títulos; por outro lado, influencia decisões quanto ao nível de evidenciação, considerando o custo do fornecimento dessas informações para a companhia.

Ademais, Guttentag (2004) argumenta que com o aumento da divulgação, os investidores não terão que confiar demasiadamente em sinais indiretos de criação de valor. A evidenciação também irá reduzir a quantidade de informações a que os gestores têm acesso exclusivo, reduzindo a possibilidade de que estes se beneficiem do conhecimento de informações privilegiadas. Assim, a divulgação de informações por uma empresa poderia reduzir os custos de agência associados à expropriação de informações concernentes à firma.

Nesse sentido, tem-se na Teoria da Divulgação o foco na assimetria informacional entre controladores e usuários externos à medida que essa assimetria cria demanda para o *disclosure* corporativo (FRANCIS; NANDA; OLSON, 2008). Este, por sua vez, pode ser entendido como o canal de transmissão da empresa para o mercado (ZHANG; FAN; WANG, 2008).

O *disclosure* abrange não somente as informações financeiras, mas também contribui com informações não financeiras que englobam dados sobre desempenhos, colaboradores, produtos, consumidores, governança, aspectos social e ambiental. Podem ocorrer de forma obrigatória, por meio de regulamentações, ou voluntariamente, mesmo que utilizem diretrizes ou orientações. Para Nossa (2002), organizações pertencentes a setores econômicos

considerados críticos, podem sofrer a pressão para que relatem mais informações se comparado com outras organizações (TIBÉRIO, NATÁLIA FONTENELE *et al.*,2022).

Tradicionalmente, as informações não financeiras são disponibilizadas de forma voluntária por meio dos *websites* ou relatórios de sustentabilidade das organizações. No entanto, com o aumento regulatório e com o desenvolvimento do mercado de capitais, há sinais sobre a necessidade de transparência e precisão nos relatórios de sustentabilidade. (TIBÉRIO, NATÁLIA FONTENELE *et al.*,2022).

O RI atua como um desses relatórios, buscando reduzir a assimetria informacional trazendo informações com uma visão holística da empresa, concorrendo para uma comunicação sobre visão estratégica e de governança (TIBÉRIO, NATÁLIA FONTENELE *et al.*,2022). Dessa maneira, o processo de comunicação integrado colabora com o desenvolvimento do mercado de capitais em países que almejam sua implementação ou apoiem a adesão voluntária, visto que incentiva a evidenciação de informações que não são divulgadas nos modelos tradicionais de relatórios anuais, promovendo maior *disclosure* aos usuários da informação (FRIAS-ACEITUNO; RODRIGUEZ-ARIZA; GARCÍA-SANCHEZ, 2013).

No Brasil, em outubro de 2023, se tornou o primeiro país no mundo a adotar relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade emitidas pelo ISSB, através da Resolução CVM 193, que permite as companhias abertas a divulgar suas informações financeiras de financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional IFRS S1 e S2. Ainda no Brasil, em novembro de 2025, em Belém (PA), será sede de um da COP30, a 30ª conferência das Organização das Nação Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas que trará o debate mundial sobre o desenvolvimento sustentável e cuidados com o meio ambiente.

1.3 Pesquisas anteriores

Diversas pesquisas já foram realizadas sobre a temática do Relato Integrado, até mesmo relacionando os indicadores financeiros com os não-financeiros. O Quadro 2 retrata algumas dessas pesquisas e seus principais resultados.

Quadro 2 – Pesquisas anteriores (continua)

Autores	Resumo
Macedo e Silva, 2005.	O objetivo do artigo foi apresentar, discutir e aplicar um método de avaliação de desempenho organizacional, desenvolvido a partir da técnica de Análise Envoltória de Dados (DEA) e de índices de performance financeiros e não financeiros. Os resultados encontrados foi de que o DEA é capaz de conjugar, em um único índice, vários indicadores de natureza diferentes (financeiros e não financeiros) para a análise do desempenho organizacional. Pode-se perceber, então, que a modelagem possui as características de trabalhar diversas variáveis sem a necessidade de convertê-las para um padrão comum de unidade e de apoiar o processo decisório com uma técnica de natureza multicritério e, portanto, capaz de modelar melhor a complexidade do mundo real.
Ribeiro, Macedo e Marques, 2012.	Os autores analisaram a relevância dos indicadores financeiros e não financeiros na avaliação do desempenho organizacional de empresas do setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. Na perspectiva operacional, observou-se certo equilíbrio entre os indicadores; já pela análise da perspectiva socioambiental, a Taxa de Comprometimento Ambiental e a Rentabilidade Agregada dos Investimentos são, respectivamente, os dois indicadores mais relevantes. Também foi possível perceber que, apesar da grande importância atribuída aos itens socioambientais, os indicadores calculados a partir de informações advindas das demonstrações financeiras ainda apresentam grande importância para a mensuração do desempenho organizacional, quando observado pela ótica de analistas de um banco de desenvolvimento.
Nascimento <i>et al.</i> , 2015.	Foi analisado quais os níveis de aderência das empresas brasileiras aos indicadores-chave de desempenho dos capitais não-financeiros e verificou-se que as empresas, até o ano de 2015, não estavam adequadas aos modelos proposto pelo Relato Integrado.
Trindade <i>et al.</i> , 2013.	O objetivo do artigo foi analisar quais indicadores (financeiros e não financeiros) transformam-se em informações para a tomada de decisão, utilizada no planejamento estratégico, gerando vantagens competitivas, que resultará, além da perenidade da empresa, em mais valor para os acionistas. Os autores concluíram que é possível registrar o passado, controlar o presente e exercitar o futuro, gerando indicadores de desempenhos referenciados e balanceados. E o estudo considera que o uso de indicadores financeiros para tomada de decisões, devem ser obrigatoriamente empregados juntamente com os indicadores de tendências e comparados com os <i>benchmarks</i> e, só assim, ter-se-á uma ferramenta precisa para decisões de curto, médio e longo prazo
Freitas e Freire, 2017.	O objetivo deste trabalho é verificar a existência da aderência do balanço socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com a estrutura conceitual proposta pelo IIRC, observando principalmente a integração das informações nos relatórios obrigatórios e voluntários, no período de 2005 a 2013.
Stubbs e Higgins, 2018.	Os autores fazem uma análise sobre a preferência dos usuários de relatórios não financeiros por regulamentação na estrutura do RI ou se a preferência é pela divulgação voluntária. Concluiu-se que os usuários acreditam ainda ser cedo para a regulamentação e preferem a divulgação voluntária, além de acreditarem que o uso do Relato Integrado tende a se transformar em norma a partir da adesão do mercado e que obterá legitimidade social, sendo desejável. Por fim, a pesquisa sugere novos estudos que busquem compreender como a adesão ao Relato Integrado muda as estruturas e mecanismos de reporte organizacional.
Barros <i>et al.</i> , 2018.	Os resultados desta pesquisa evidenciam que a adoção do Relato Integrado aumenta o nível de <i>value relevance</i> das informações divulgadas pelas empresas, destacando que a adoção do RI, embora recente, vem se consolidando como uma prática no mercado. Os autores esperam que o Relato Integrado, no futuro, cumpra sua função, como uma forma de mitigar o problema de assimetria informacional e auxiliar de forma mais consistente as decisões dos usuários, já que esse tipo de divulgação abrange os aspectos sociais e ambientais que estão relacionados com as organizações e seu papel fundamental para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Percebe-se, através da conjuntura apresentada na pesquisa, uma carência para maiores pesquisas que busquem contribuir e fortalecer o estudo da temática.

Quadro 2 – Pesquisas anteriores (conclusão)

Bevilaqua, Neumann e Faia, 2020.	A pesquisa contribui com a literatura do RI ao identificar os dez fatores que favorecem a adoção do pensamento integrado e os onze fatores que apresentam limitantes do pensamento integrado no âmbito organizacional, dentre os quais destacam-se: a dificuldade em encontrar na literatura um conceito capaz de abranger o que é o pensamento integrado, a falta de um consenso sobre o modo que o pensamento integrado emerge nas práticas organizacionais, e a dependência das especificidades do contexto organizacional.
Neumann, Belivaqua e Faia, 2020.	Realizaram a análise de conteúdo em dois relatórios divulgados voluntariamente pela Cooperativa Unimed Uberaba referente aos anos de 2017 e 2018. Os resultados mostraram que a cooperativa apresentava informações financeiras e não financeiras a partir da evidencição de elementos que compreendem os seis capitais do RI. Concluíram que a cooperativa enfatizou os capitais humano e natural em tópicos específicos, sendo os demais evidenciados no corpo do relatório indicando que podem estar interrelacionados entre si. O fato de nem todos os capitais serem igualmente relevantes para diferentes organizações e a existência dos princípios cooperativas justificam a ênfase direcionada em separar o capital humano e natural em tópicos específicos no relatório.
Teixeira, Rech, Zanolla e Andrade Couto, 2021.	Analisaram os dados de nove empresas no período de 2013 a 2017. Os resultados apontaram que o índice de divulgação das informações não financeiras, considerando o conjunto dos quatro capitais, foi classificado como insatisfatório. Na análise individual, o capital natural e o capital social e de relacionamento apresentaram índice de divulgação satisfatórios. Já o capital intelectual apresentou índice de divulgação classificado como insatisfatório. Quanto ao capital humano, este apresentou a média do índice de divulgação no limiar da divisão entre satisfatório e não satisfatório, mas acima da média de divulgação dos quatro capitais.
Paredes, Besen e Almeida, 2022.	O objetivo geral do estudo foi identificar o nível de aderência em relação aos capitais não financeiros das empresas do setor financeiro da B3 que publicaram o Relato Integrado em 2018. Através da análise de 26 empresas, observou-se que o nível de divulgação das companhias foi considerado baixo.
Dantas, 2022.	A recente adoção do (RI), carece de futuros estudos com abordagem longitudinal, de forma a apurar a evolução da qualidade do relato integrado ao longo dos anos, destaca-se o debate e a construção de uma métrica da qualidade do (RI) validada por diferentes entidades, de modo a promover a comparação entre relatórios distintos.
Tibério, Natália Fontenele, <i>et al.</i> , 2022.	O objetivo desse estudo é avaliar a evolução no <i>disclosure</i> das informações disponibilizadas pelas empresas, em relação aos seis capitais, financeiro e não-financeiros, definidos na Estrutura Internacional do Relato Integrado (framework).
Ferreira, <i>et al.</i> , 2023.	Esse estudo teve como objetivo geral descrever as informações não financeiras e de sustentabilidade do Relato Integrado que estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no ISE B3. Para atingir o objetivo, foi utilizado um instrumento prévio desenvolvido por Santos e Miranda (2021) no qual foi definido, para cada um dos tipos de capitais, elementos teóricos-chave que representam o tipo de informação associada aos capitais
Darolt, Gislaïne Costa <i>et al.</i> , 2023.	Esta pesquisa se insere objetivando analisar nos relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na B3 que integram ao ISE pertencentes ao subsetor alimentos processados a aderência ao ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável. Para tanto tem-se como objetivos específicos: i) identificar as empresas pertencentes ao subsetor alimentos processados que integram a ISE/B3 no ano de 2023; ii) identificar nos relatórios de sustentabilidade destas empresas os projetos e ações de combate à fome e agricultura sustentável.

Fonte: O autor, 2023.

Como evidenciado no Quadro 2, diversas pesquisas já foram realizadas sobre o Relato Integrado, contudo, a presente pesquisa busca expandir a literatura sobre o tema trazendo um

olhar mais aprofundado sobre uma empresa brasileira, no caso, a Magazine Luiza. Ao analisar a divulgação dos capitais não financeiros da referida companhia pretende-se verificar a aderência dos indicadores chaves, e de que forma o *disclosure* desses KPI's é capaz de auxiliar na tomada de decisão dos gestores, tornando mais clara a posição social e ambiental da empresa, demonstrando a busca pelo equilíbrio sustentável da companhia. As pesquisas apresentadas no possuem uma grande fonte de conhecimento a respeito dos Relatos Integrados, cada uma com uma particularidade e um assunto específico que tem como objeto central o RI, a nossa pesquisa visa evidenciar as vantagens de realizar o RI e o conhecimento gerado para os *stakeholders* para tomada de decisão, o poder que o *disclosure*, a divulgação voluntária possui nos aspectos tanto financeiro quanto não financeiro na geração de informação útil, que agrega bastante peso na hora de se investir. E forma de a Magazine Luiza publicar o RI como *disclosure*, assim gerando valor tanto para os investidores quanto para os seus clientes internos e externos, demonstram uma preocupação tanto social quanto ambiental também, além da financeira. Além dos fatores, a qualidade dos RIs da Magazine Luiza foram outro ponto chave para escolha da empresa, visto que a mesma evolui na divulgação, mas também demonstra uma aderência das normas técnicas e padrão de divulgação estipulado pelo IRC

Devido a natureza do RI, podemos entender a importância dos capitais não financeiros, Nascimento et. al. (2015), propuseram investigar em que nível as empresas do novo mercado estavam aderindo aos indicadores-chave (KPIs) dos capitais não financeiros, através do instrumento em forma de *checklist* contendo 34 indicadores chaves, que são observados e extraídos dos RIs por meio de palavras chaves que contemplam cada indicador.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pode ser caracterizada como descritiva e exploratória, pois foi realizada a identificação da descrição dos indicadores-chave que foram utilizados nos Relatos Integrados da empresa Magazine Luiza. Além disso, o método utilizado foi o dedutivo, pois essa metodologia “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica” (GIL, 2008, p. 9).

Para Denzin e Lincoln (1994), a palavra qualitativa implica uma ênfase em processos e significados que não são examinados nem medidos (se chegarem a ser medidos) rigorosamente, em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência (p.4).

Bogdan e Bilken (1994) utilizam a expressão investigação qualitativa como termo genérico para agrupar diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características.

Stake (1999) assinala três diferenças importantes entre a perspectiva qualitativa e quantitativa da investigação: i) a distinção entre explicação e compreensão; ii) a distinção entre função pessoal e impessoal do investigador; iii) a distinção entre conhecimento descoberto e construído. Outro aspecto característico (Stake, 1999) da investigação qualitativa é que direciona os aspectos da investigação para casos ou fenómenos em que as condições contextuais não se conhecem ou não se controlam. Para Yin (2005), a necessidade de realizar estudos de caso surge da necessidade de estudar fenómenos sociais complexos. Deste modo, para este autor, os estudos de caso devem usar-se quando se lida com condições contextuais, confiando que essas condições podem ser pertinentes na investigação.

Segundo Yin (2005), para os estudos de caso, o desenvolvimento da teoria como parte da fase inicial do projeto, é essencial para saber se o propósito decorrente do estudo de caso é desenvolver ou testar a teoria. Sobre o carácter interpretativo constante, tanto Stake (1999), como Yin (1993 e 2005), prevêm a modificação das questões iniciais do estudo, à medida que este avança. Stake (1999) fala de questões temáticas como necessárias para a orientação na estruturação das observações, das entrevistas e da revisão de documentos.

Para além das questões iniciais, Yin (1993 e 2005) fala na formulação de proposições. Estas especificam as questões do tipo “como” e “porquê”, para determinar o que devemos analisar. Quantas mais proposições específicas tiverem os estudos, mais eles permanecerão dentro de parâmetros exequíveis (Yin, 2005).

Yin (1993) apresenta um critério de classificação do qual emergem seis tipos diferentes de estudos de caso, como resultado da matriz da tabela (tabela 1):

Tabela 1 – Tipos de estudos de caso

	Únicos	Classificação
Exploratórios	Exploratórios únicos	Exploratórios múltiplos
Descritivos	Descritivos únicos	Descritivos múltiplos
Explanatórios	Explanatórios únicos	Explanatórios múltiplos

Fonte: YIN, 1993.

Os estudos exploratórios têm como finalidade definir as questões ou hipóteses para uma investigação posterior. Isto é, são o prelúdio para uma investigação subsequente, mas não necessariamente um estudo de caso. Estes estudos são diferentes dos descritivos, podendo buscar hipóteses e proposições relevantes para orientar estudos posteriores (MEIRINHOS E OSÓRIO, 2010). Pretendem fornecer um certo suporte para a teorização. Os estudos exploratórios são, talvez, segundo Yin (1993), os de reputação mais notória. Por outro lado, os estudos descritivos representam a descrição completa de um fenômeno inserido no seu contexto. Os estudos explanatórios procuram informação que possibilite o estabelecimento de relações de causa e efeito, ou seja, procuram a causa que melhor explica o fenômeno estudado e todas as suas relações causais.

Yin (2005) aborda as características gerais do desenho de estudos de caso, partindo do princípio que os casos podem ser únicos ou múltiplos, podendo também ser, simultaneamente, holísticos (com uma unidade de análise) ou incorporados (várias unidades de análise). Desta combinação resultam quatro tipos diferentes de desenho de estudos de caso (tabela 2).

Tabela 2 – Tipos de projeto para estudos de caso

	Projeto de caso único	Projeto de casos Múltiplos
Holísticos (uma unidade de análise)	Holístico de caso único	Holístico de casos múltiplos
Incorporados (várias unidades de análise)	Incorporado de caso único	Incorporado de casos múltiplos

Fonte: Adaptado, YIN, 2005.

Conforme Yin (2005), o estudo de múltiplos casos contribui também para um estudo mais convincente, pois como referem (Rodríguez *et al.* 1999) este tipo de desenho permite contestar e contrastar as respostas obtidas de forma parcial com cada caso que se analisa. Deste modo, se as conclusões forem idênticas a partir dos dois casos, elas incrementam a possibilidade de generalização. Por estas razões ter, no mínimo, dois casos no estudo deve ser uma meta (Yin, 2005). Stake (1999) adota uma classificação também bastante ilustrativa, com

base nos objetivos que os investigadores possuem ao empreender a metodologia de estudo de caso. Assim, os estudos de caso podem ser intrínsecos, instrumentais ou coletivos.

Yin (1993), A orientação inicial do estudo de caso aponta para múltiplas fontes de evidência. A avaliação do estudo de caso por, assim, incluir o uso de análise de documentos, de entrevistas abertas e fechadas, análise quantitativa de dados registados, e observações de campo diretas (p.67).

A coleta de dados é de caráter documental, visto que essa fonte de coleta se restringe a documentos escritos, denominados como fonte primárias e secundárias (LAKATOS; MARCONI, 2007). O RI é uma fonte primária de dados, pois o documento em si é uma análise do desempenho da empresa, ao contrário das fontes primárias que são documentos que não sofreram nenhum tipo de tratamento analítico (GIL, 2008).

Foram utilizados os RIs publicados pela empresa Magazine Luiza S.A., extraídos do próprio site da companhia, relativo aos períodos entre 2018 a 2022, totalizando cinco Relatos Integrados analisados. A pesquisa se utiliza das cinco últimas emissões do RI para acompanhar a evolução dos últimos anos desde que contempla o período antes, durante e pós pandemia Covid 19, período onde o foco na sociedade e na preocupação com o bem estar social, e da sustentabilidade tanto empresarial quanto meio ambiente estavam mais evidentes e assim verificando sua evolução ao longo do tempo e examinar o grau de concisão de sua divulgação e se estão sendo emitidos de acordo com a norma. Para a análise dos indicadores-chave, foi utilizado o instrumento metodológico de Nascimento *et al.* (2015), que estabeleceu uma abordagem através de um *checklist* que possuem variáveis para identificar o nível de aderência dos capitais não financeiros através de citações de palavras-chave. O *checklist* que foi utilizado bem como os KPIs estão presentes no Quadro 3.

Quadro 3 – Capitais não financeiros e KPIs (continua)

Capital	Categoria	Palavras Relacionadas
Capital Natural	1. Emissão de CO2	emissão, emissões, gás, gases, carbono, CO2
	2. Consumo de energia por fonte de energia	energia, fonte
	3. Quantidade de resíduos	Resíduo
	4. Acidentes ambientais	acidente, multa, indenização, indenizações, processo, derramamento, explosão, incêndio, vazamento, mortandade de peixes, lançamento de sólidos, rompimento, desastre, químicos, embalagem abandonada;
	5. Resíduos reciclados	recicla, reciclado, reciclagem, recicláveis
	6. Investimentos em proteção ambiental	investimento, proteção, proteções, ambiental, ambientais, ambiente
	7. Animais adquiridos para testes	animais, animal, teste

Quadro 3 – Capitais não financeiros e KPIs (conclusão)

Capital Humano	1. Número de funcionários	Funcionário, empregado, colaborador
	2. Diversidade	Diversidade, sexo, gênero, faixa, etária, grau de instrução, etnia, religião, origem, raça
	3. Total investido em treinamento	Treinamento, capacitação
	4. Funcionários em aprendizagem eletrônica corporativa	aprendizagem, eletrônica, corporativa, virtual, EAD, on-line, online, e-learning, learning
	5. Média de idade	idade, etária;
	6. Média de dias de treinamento por funcionário	Treinamento, capacitação.
	7. Resultado da pesquisa com funcionários	pesquisa, clima, organizacional
	8. Acidentes com lesão por milhões de horas trabalhadas	acidente, lesão, lesões
	9. Taxa de absenteísmo	Absenteísmo, frequência, gravidade, ausência, dias perdidos.
	10. Taxa de demissão	demissão, desligamento, demitido, deixaram, <i>turnover</i> , <i>turn over</i> , rotatividade
	11. Relação de salário mínimo	Salário, remuneração
Capital Social e de Relacionamento	1. Ranking de “Excelente lugar para trabalhar”	ranking, excelente, melhor, lugar, excelência
	2. Número de voluntários	Voluntário
	3. Reclamações trabalhistas / Processos	reclamações, trabalhista, reclamação, processo;
	4. Envolvimento em ações sociais	ações, sociais, ação, social, projeto
	5. Envolvimento em projetos culturais	projeto, cultura, culturais, cultural;
	6. Índice de satisfação do cliente	Satisfação, pesquisa, índice
	7. Provisão para projetos sociais	projeto, social, sociais
	8. “Investimento social” (dinheiro gasto em filantropia)	Investimento, social, filantropia, gasto
Capital Intelectual	1. Número de patentes requeridas	Patente
	2. Dinheiro gasto em P&D	P&D, pesquisa, desenvolvimento, gasto
	3. Número de testes com nova tecnologia	teste, tecnologia, nova
	4. Reconhecimento da marca	marca, reconhecimento
	5. Número de novos produtos desenvolvidos	produto, novo, desenvolvido
	6. Despesas com o desenvolvimento de mudanças/processos da organização;	mudança, processo, despesa
	7. Despesas com o desenvolvimento de softwares para sistemas internos	software, sistema, interno, despesa venda, produto, próprio, original
	8. Vendas geradas por produtos originados de P&D.	originais, pesquisa, desenvolvimento

Fonte: Adaptado de NASCIMENTO *et al.*, 2015.

O quadro 03 foi adaptado o *checklist* de Nascimento (2015) com a implementação de algumas novas palavras chaves retiradas do trabalho Paredes, Besen e Almeida (2022), de que começaram a aparecer com mais constância nos RIs.

Em seguida, foi estimado o Índice de Divulgação (ID) da companhia, de acordo com o nível de aderência de cada KPI. O ID pode ser obtido através da seguinte equação (LEMOS; RODRIGUES; ARIZA, 2009).

$$ID_i = \sum_{j=1}^n \frac{e_j}{e}$$

Em que:

ID_i - Índice de Divulgação da empresa i .

e_j - Variável dicotômica, assumindo valor 0, se o indicador j for ausente e assumindo o valor 1, se o indicador j for divulgado.

e - Número máximo de elementos analisados.

O resultado do Índice de Divulgação varia entre 0 e 1 e a classificação dos níveis de divulgação é apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Classificação dos níveis de divulgação considerada no resultado do ID

Níveis	ID	Classificação
1	0,75 a 1,0	Bom
2	0,50 a 0,74	Satisfatório
3	0,25 a 0,49	Insatisfatório
4	0,00 a 0,24	Ruim

Fonte: NASCIMENTO *et al.*, 2015.

A pesquisa tem como objetivo verificar o nível de aderência da Magazine Luiza S.A. e a concisão dos RIs, a sua aderência na emissão dos relatórios e a evolução ao longo dos anos a respeito dos capitais não financeiros divulgados. E assim, a gente consegue ter um embasamento não financeiro para tomada de decisão, voltado em uma visão de gestão corporativa e social da empresa, e como ela afeta o meio social onde está inserida e as mudanças que ela provoca ao seu redor, e os impactos tanto ambientais como social. E por se tratar de um período compreendido de 2018 a 2022, trazemos a pesquisa traz um contexto de evolução de períodos de extremos impactos ambientais, sociais e humanitária que o Covid 19 trouxe nesses anos, e está compreendido o período antes, durante e após a pandemia.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa, buscou-se compreender o nível de aderência da Magazine Luiza S.A. em sua divulgação, através da abordagem em tópicos de cada capital analisado e, dentro de cada tópico, foram destacadas as categorias abordadas, se houve sua emissão em cada ano e o percentual de aderência dentro desses cinco anos de relatórios emitidos.

3.1 Capital Natural

O Capital Natural está relacionado aos impactos ambientais que a empresa está sujeita que, segundo Perez *et al.* (2014), há uma grande preocupação com a utilização dos recursos naturais e a forma como as instituições interagem com o meio ambiente. Nascimento *et al.* (2015) indicam que os indicadores-chave de desempenho (KPIs) do Capital Natural é uma forma de medir a utilização dos recursos ambientais, renováveis e não renováveis, e os seus impactos no meio ambiente.

Quadro 5 – Índices de Capital Natural

Categoria	Anos de Emissão					Emissão %		Média %	
	2018	2019	2020	2021	2022	Sim	Não	Sim	Não
1. Emissão de CO2	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%	83%	17%
2. Consumo de energia por fonte de energia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
3. Quantidade de resíduos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
4. Acidentes ambientais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
5. Resíduos reciclados	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	80%	20%		
6. Investimentos em proteção ambiental	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
7. Animais adquiridos para testes	Não	Não	Não	Não	Não	0%	100%		

Fonte: O autor, 2023.

O Quadro 5 mostra que a aderência da Magazine Luiza, dentro dos cinco anos analisados, foi de 83%, pois que o item “animais adquiridos para testes” foi de 0%, já que não houve nenhuma menção sobre o ocorrido. O item relacionado a “resíduos reciclados” foi mencionado de forma constante, entre os anos de 2019 a 2022, tendo sido discriminados em

seus relatórios, projetos que visam a reciclagem, hoje uma das especialidades da Magazine Luiza para compromisso com a categoria de Capital Natural. Diante disso, o ID de Capital Natural da empresa foi de 0,83 de aderência, nível que se caracteriza como “bom”, classificada como nível 1.

A respeito do item 7, a empresa não possui produção desses produtos que utilizam de testes em animais, apenas destacamos esse item integralizar o banco de dados e estar condizente com o instrumento do *checklist*.

Neste campo de Capital Natural, na visão de *stakeholder*, conseguimos ter uma visão abrangente de um consumo mais consciente, que nos leva a entender quais os tipos de energia que ela usa e o tanto de poluição ao meio ambiente que ela gera para o seu funcionamento.

3.2 Capital Humano

No Capital Humano demonstra a interação da empresa com seus funcionários, como eles veem a empresa e como a empresa influencia e age no desenvolvimento dos seus funcionários. Para Nascimento *et al.* (2015), os indicadores relacionados ao Capital Humano são a representação do relacionamento entre a organização e seus colaboradores, relativamente ao desenvolvimento de competências e habilidades que geram valor à entidade. Martins e Monte (2011) descrevem que se refere ao conjunto de capacidades produtivas dos seres humanos, formadas por seus conhecimentos, atitudes e habilidades que geram resultados em uma economia.

Quadro 6 – Índices de Capital Humano (continua)

Categoria	Anos de Emissão					Emissão %		Média %	
	2018	2019	2020	2021	2022	Sim	Não	Sim	Não
1. Número de funcionários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%	84%	16%
2. Diversidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
3. Total investido em treinamento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
4. Funcionários em aprendizagem eletrônica corporativa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
5. Média de idade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
6. Média de dias de treinamento por funcionário	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
7. Resultado da pesquisa com funcionários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		

Quadro 6 – Índices de Capital Humano (conclusão)

8. Acidentes com lesão por milhões de horas trabalhadas	Não	Não	Não	Não	Sim	20%	80%		
9. Taxa de absenteísmo	Não	Não	Não	Não	Não	0%	100%		
10. Taxa de demissão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
11. Relação de salário mínimo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		

Fonte: O autor, 2023.

Através do Quadro 6 é possível perceber que a empresa se destaca em quase todos os pontos da evidenciação do Capital Humano, apresentando um nível de aderência alto, apenas não evidenciando o item a respeito dos “acidentes de trabalho”. Destaca-se que sobre o Capital Humano, a empresa apresenta uma grande quantidade de informações relacionadas aos colaboradores, demonstrando como a empresa é vista internamente e em sua diversidade, os projetos de retenção de funcionários, desenvolvimento e capacitação dos mesmos e em sua diversidade de inclusão. A companhia apresentou o ID de Capital Humano de 0,84 de aderência, sendo caracterizado como “bom” e classificado como nível 1.

No item 9. A taxa de absenteísmo não é mencionada em nenhum momento, e se baseando nesses dados, podemos associar que essa taxa de abstenção está enquadrada dentro de rescisão, contando no item 10, taxa de demissão. Mas para mantermos a integridade da pesquisa destacamos esse item para integralizar o banco de dados e estar condizente com o instrumento do *checklist*.

Esse capital, demonstra para o *stakeholder* uma visão de como é a rotatividade da empresa, o seu *turnover*, como é a taxa de retenção de seus colaboradores, quantas pessoas entraram na empresa, quantas saíram, se foi mais que o ano anterior, ou menor, o que demonstra crescimento não apenas empresarial, mas também demográfico que indica abertura de novas unidades o que demonstra uma evolução da empresa e crescimento no mercado, o que fortalece a entidade como boa de se investir.

3.3 Capital Social e de Relacionamento

No Capital Social e de Relacionamento é demonstrando como a empresa é vista perante a sociedade e sua contribuição social e cultural. Para Perez Junior *et al.* (2014), a divulgação de indicadores relacionados ao Capital Social e de Relacionamento decorre da

relação da empresa com instituições que contribuem para o desempenho de suas atividades e geração de valor, tais como fornecedores de capital financeiro ou manufaturado, clientes, concorrentes, parceiros comerciais e outros.

Quadro 7 – Índices de Capital Social e de Relacionamento

Categoria	Anos de Emissão					Emissão %		Média %	
	2018	2019	2020	2021	2022	Sim	Não	Sim	Não
1. Ranking de “Excelente lugar para trabalhar”	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%	85%	15%
2. Número de voluntários	Sim	Sim	Não	Não	Sim	60%	40%		
3. Reclamações trabalhistas / Processos	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	80%	20%		
4. Envolvimento em ações sociais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
5. Envolvimento em projetos culturais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
6. Índice de satisfação do cliente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
7. Provisão para projetos sociais	Não	Não	Não	Sim	Sim	40%	60%		
8. “Investimento social” (dinheiro gasto em filantropia)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		

Fonte: O autor, 2023.

Conforme demonstrando no Quadro 7, somente o item relacionado ao “número de voluntários” obteve uma variação entre os anos e as “provisões de projetos sociais futuros” começaram a ser emitidos dentro dos relatórios somente a partir de 2021. Os demais itens foram divulgados de maneira constante entre os anos.

Um ponto de destaque nesta categoria diz respeito aos envolvimento sociais que a empresa está ligada e desenvolve, que pode ser importante para os *stakeholders* com cunho mais filantrópico, pois é possível visualizar os impactos que a companhia causa na sociedade. Com relação ao Capital Social e de Relacionamento, a Magazine Luiza apresentou um índice de aderência de 85%, considerado “bom” e classificado como nível 1.

Na vista desse capital, para um investidor, ele pode se fazer uma comparação de evolução empresarial na visão mais socioambiental, podemos observar nesses índices é que se existe um comprometimento ou não com a sociedade, se uma empresa realiza uma causa social e também internamente com seu quadro de funcionários, se a empresa investe em causas sociais, ela tende a ter recursos para esse fim, assim o investidor presume que a empresa está gerando riquezas além de contribuir no meio em que está inserida e como as pessoas podem se relacionar e como a veem no mercado, se ela é boa para se trabalhar, ela pode ser boa para se investir, se oi valor que ela entrega para o cliente é satisfatório, entende-se que ele pode voltar a consumir seus produtos, e assim se torna atrativa para investir.

3.4 Capital Intelectual

O Capital Intelectual trata como a empresa pensa no longo prazo e em seu desenvolvimento, tanto tecnológico, quanto na infraestrutura interna e externa e no comportamento da marca ao longo do tempo. Para Nascimento *et al.* (2015), esse índice indica como organizações tendem a divulgar sobre sua geração de valor ao longo do tempo.

Quadro 8 – Índices de Capital Intelectual

Categoria	Anos de Emissão					Emissão %		Média %	
	2018	2019	2020	2021	2022	Sim	Não	Sim	Não
1. Número de patentes requeridas	Não	Não	Não	Não	Não	0%	100%	75%	25%
2. Dinheiro gasto em P&D	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	80%	20%		
3. Número de testes com nova tecnologia	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	80%	20%		
4. Reconhecimento da marca	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
5. Número de novos produtos desenvolvidos	Não	Sim	Não	Sim	Sim	60%	40%		
6. Despesas com o desenvolvimento de mudanças/processos da organização;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
7. Despesas com o desenvolvimento de softwares para sistemas internos	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	80%	20%		
8. Vendas geradas por produtos originados de P&D.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		

Fonte: O autor, 2023.

Nesse índice, conforme exposto no Quadro 8, as categorias possuem uma aderência mais mista, visto que empresa não produz itens que requeiram patentes, por isso, não houve menção dos relatórios a respeito. Nas outras categorias, a empresa demonstra que busca se inovar, adquirindo, pesquisando e desenvolvendo novas tecnologias e experiências para seus usuários. A companhia também demonstra para os investidores que não se mantém estática, se modernizando e buscando se atualizar para ter uma marca forte e competitiva no mercado. Desse modo o ID da empresa foi de 0,75 de aderência, o nível se caracteriza como “bom”, classificada como nível 1, apesar de estar bem próximo ao limite de aderência para satisfatório.

No item 1, a empresa não possui patentes registradas, mas para mantermos a integridade da pesquisa destacamos esse item para integralizar o banco de dados e estar condizente com o instrumento do *checklist*.

Sabemos que a tecnologia faz parte de toda a empresa, mas o modo que ela utiliza tecnologia, demonstra uma percepção mais apurada com o agora, ou seja, a empresa para ser moderna ela precisa de tecnologias que permitem ela ser competitiva e sempre entregar resultados melhores e mais rápidos, falar a linguagem do cliente. Não apenas usar tecnologia, mas se adaptar e desenvolver novas que ajudam na ponte para conversar com a linguagem do consumidor, uma espécie de *rapport* da empresa com seus usuários. Então, na visão de um investidor, podemos entender que se uma empresa consegue conversar, de diversas formas com seu público, ela possui mais capacidade de vender e quanto mais tecnológica é, mais moderna ela é também.

3.5 Aderência da Magazine Luiza na Divulgação de seus KPIs

Analisando os KPIs não financeiros dentro dos Relatos Integrados da Magazine Luiza, percebe-se que a empresa busca demonstrar o máximo de informações em seus relatórios. A média total de aderência é de 82% de divulgações em todos os campos, como demonstrado no Quadro 9, e 18% das categorias não são mencionadas, o que caracteriza um ID de 0,82 de aderência geral, o nível se caracteriza como “bom”.

Quadro 9 – Resumo aderência KPIs

Capital	Média Geral %		Média de Aderência Final	
	Sim	Não	Sim	Não
Capital Natural	83%	17%	82%	18%
Capital Humano	84%	16%		
Capital Social e de Relacionamento	85%	15%		
Capital Intelectual	75%	25%		

Fonte: O autor, 2023

Desse modo, é possível perceber que a Magazine Luiza está alinhada com o propósito do RI e mantém uma consistência na emissão das informações em seus relatórios. De modo geral, todos os capitais não financeiros obtiveram um índice de divulgação acima de 75% o

que, segundo Nascimento *et al.* (2015), a caracteriza com uma boa classificação em todos os capitais, sendo de nível 1. Dessa forma, compreende-se que a empresa Magazine Luiza realiza a uma boa divulgação dos seus KPIs não financeiros e possui uma aderência de 82% no seu RI.

Quadro 10 – Quantidade de páginas do relatório

Páginas					
2018	2019	2020	2021	2022	Média
66	43	51	71	80	62,2

Fonte: O autor, 2023

Outro detalhe que podemos evidenciar é a progressão da quantidade de páginas contidas nos relatórios, no ano de 2018 para 2019 houve uma diminuição das páginas em 23, quantidade bem considerável para o relatório, de 2019 para 2022 houve um aumento em média de 10 páginas por cada ano seguinte, até 2022 com um relatório mais embasado com 80 páginas de informação, e chegando a uma média de 62,2 páginas de RIs emitidos ao ano pela Magazine Luiza S.A.

Devido a natureza dos RIs, um excesso de páginas nem sempre é benéfico, pois se tratar de um relatório mais visual, uma quantidade muito grande de páginas gera um relatório extenso e exaustivo para quem está analisando, então quanto menos páginas e com dados coesos e evidenciados graficamente ou breves textos, de maior qualidade o RI será. Apesar de no *framework* do IRRC não mencionar uma quantidade mínima ou máxima de página, mas recomendam não se usar de um relatório muito extenso, menos página possível.

Ao compararmos com as pesquisas anteriores, relacionadas no quadro 02, conseguimos identificar uma aderência evolutiva nos RIs, de Nascimento (2015), em sua pesquisa apresentou que as empresas listadas em sua pesquisa não estavam adequadas aos modelos propostos, em nossa pesquisa, conseguimos através de seu instrumento metodológico, conseguimos demonstrar que ao decorrer dos anos, uma evolução na qualidade dos RIs, e a cada ano, se tornam mais completos e mais adequados as normas do IRRC.

Comparando com Paredes, Besen e Almeida (2022), demonstrou que o nível de aderência foi considerado baixo, e de Teixeira, Rech, Zanolla e Andrade Couto (2021) de nível insatisfatório.

Visto que essas pesquisas tiveram um range maior de empresas em sua base de dados, a avaliação de um quadro geral pode ser considerada baixa, de fato o que foi apresentado nessas pesquisas. Mas se separarmos em estudos de caso um a um, podemos estudar o aprofundamento mais restrito e entender os processos de cada empresa, na nossa pesquisa, como foi restrita a apenas uma empresa, conseguimos chegar uma constatação que os RIs são considerados satisfatórios, devido ao estudo de caso com base na teoria da divulgação e ainda por estar categorizado como um *disclosure*, atendendo as normas e os conceitos necessários para sua divulgação com base no IRRC.

Stubbs e Higgins (2018), em sua pesquisa concluiu que a divulgação voluntária do RI, torna ela mais legítima, e portanto, aos poucos seria mais desejada pelos investidores, assim como Barros *et al.* (2018) corroboram que RI vem se tornando uma prática do mercado e esse tipo de divulgação abrange os aspectos sociais e ambientais que estão relacionados com as organizações e seu papel fundamental para o desenvolvimento sustentável da sociedade, desse modo as empresas que adotam a divulgação aumenta o nível de *value relevance*. Analisando a empresa Magazine Luiza, o fato dela divulgar o RI, de forma voluntária, possui uma gama de informações que geram vantagem competitiva, mesmo não sendo obrigatória, quem divulga geram dados que podem ser usados na tomada de decisão pelos *stakeholders*. Desse modo, o disclosure, fornece uma abordagem mais crítica da situação, e o fato de ela ser voluntária, a divulgação tende a ser mais confiável, um adendo a mais para tomada de decisão de que se utilizar dessas informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o nível de aderência da empresa Magazine Luiza aos indicadores chave (KPIs) de desempenho dos capitais não financeiros. A empresa foi escolhida por estar listada na B3 e divulgar seus Relatos Integrados regularmente. Para isso, foram coletados os RIs emitidos referentes aos anos de 2018 até 2022 e utilizado como instrumento metodológico a abordagem de *checklist* de Nascimento *et al.* (2015), que estabeleceu variáveis para identificar o nível de aderência dos capitais não financeiros através de citações de palavras-chave. O trabalho teve como limitação apenas o uso da empresa Magazine Luiza como objeto de estudo devido a sua importância no mercado, e ela aderir divulgação dos RIs de forma voluntária por mais de cinco anos consecutivos, as especificações da proposta do trabalho e para o nosso estudo de caso.

Dentre os indicadores, destaca-se o Capital Humano, onde se encontra os dados sobre os funcionários, treinamento e diversidade. A pesquisa demonstra que nesse indicador, a quantidade de informações e detalhamento demonstra uma preocupação de como seus colaboradores veem a empresa e busca transmitir uma sensação de que a companhia cumpre com seu papel na sociedade a respeito de sua diversidade, inclusão, aprimoramento e retenção de talentos para o público externo. Além disso, também demonstra para os *stakeholders* uma preocupação com o crescimento pessoal dos seus funcionários, demonstrando estabilidade do clima organizacional onde os próprios colaboradores, através de pesquisas internas, dizem que é um bom lugar para se trabalhar. Esse indicador ficou classificado como nível 1, com 84% de aderência.

Com relação ao Capital Natural, a Magazine Luiza demonstrou preocupação com o meio ambiente em seus relatórios, através da evidenciação de suas emissões de CO₂, o seu consumo de energia elétrica e políticas de sustentabilidade, onde apresentava projetos de redução de consumo de materiais que causam poluição. A companhia também demonstrou a existência de uma política de consumo consciente dentro da empresa, com políticas de reciclagem e apoio a causas de proteção ao meio ambiente, através de doações e voluntariados. Esse indicador ficou classificado como nível 1 com 83% de aderência.

No Capital Social e de Relacionamento, a evidenciação foi de 85%, sendo nível 1 de aderência. Os KPIs que se destacaram foram os relacionados a ações sociais e projetos culturais, baseados em filantropia e preocupação ambiental, demonstrando que a empresa é consciente e investe em causas sociais que ajudam a sociedade a se desenvolver e que a empresa destina recursos para esses investimentos.

Já o Capital Intelectual foi o KPI com o menor nível de aderência, de 75%, mas mesmo assim foi considerado como bom, com nível 1 de aderência. Foi possível perceber que a empresa está se preparando para o longo prazo e, devido aos relatórios publicados, fica evidente a importância que eles dão ao desenvolvimento de novas tecnologias e em processos mais orgânicos dentro da empresa, o que demonstra sua atualização constante. Exemplo disso é a atendente virtual “Lu”, criada em 2003, e que passou a ser a influenciadora virtual da empresa e ganhadora de vários prêmios internacionais em mídias digitais. Como a tecnologia muda a todo instante, nessa categoria, a Magazine Luiza demonstra sempre se adaptar a novas tendências do mercado, tanto virtual quanto social, o que é interessante para os investidores. Outro ponto a ser destacado é o reconhecimento da marca, onde no relatório demonstra o nível de aceitação pública, e demonstra também os prêmios que a empresa recebeu durante o ano calendário.

Os achados da presente pesquisa podem demonstrar que a aderência da empresa Magazine Luiza S.A. foi boa e de nível 1, o mais alto índice da tabela. De maneira complementar, é possível perceber que, através dos RI, é possível identificar a política interna da empresa e entender os próximos passos da companhia. Complementando Paredes, Besen e Almeida (2022), o Relato Integrado deve ser incentivado para que as empresas passem a adotar um processo de relatar os fatores financeiros e não financeiros, para demonstrar como a empresa gera valor ao longo do tempo. Portanto, a empresa não deve se limitar à divulgação de um documento específico, mas uma adequação de todo o processo de produção da informação, que deve refletir como a gestão enxerga a empresa (IIRC, 2013).

Através da análise dos Relatos Integrados, é possível entender que o relatório auxilia na tomada de decisão e proporciona uma visão geral da empresa, além de complementar os relatórios financeiros publicados. Assim o RI ajuda a entender como são realizados os gastos e investimentos da empresa e as projeções futuras, como investimentos em novas políticas internas e em novas tecnologias para gestão e para atender ao público.

Como sugestão de pesquisas futuras, seria interessante realizar um estudo com as empresas listadas na B3 com os melhores desempenhos financeiros e evolução patrimonial, e buscar nos RIs dessas empresas encontrar pontos em comum, os tipos de investimentos de capitais não financeiros que a empresa realiza e demonstra em seus relatórios, uma alternativa também seria fazer o link de sua evolução no calendário anterior com o seguinte baseando-se na evidenciação de investimentos de projetos futuros que a empresa se comprometeu a realizar.

Como sugestão de pesquisas futuras, seria interessante demonstrar a aplicação de investimentos realizados baseado em tomadas de decisão a partir dos RIs emitidos pelas empresas listada na B3.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. L. S.; SIMONI, J. H.; FIORELLI, M. N.; ANGELIS NETO, G. D. Sistema de Gestão Ambiental e ISO 14000 na Indústria Têxtil—A Sustentabilidade como tendência. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 575-586, 2015.
- ALVES, N. J. F.; KASSAI, J. R.; LUCAS, E. C.; FERREIRA, H. M. G. Relato Integrado e o formato da informação financeira para evidenciar a criação de valor das empresas do programa piloto. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 3, p. 99-122, 2017.
- AVELINO, B. C. **Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do estado de Minas Gerais: uma abordagem sob a ótica da teoria da divulgação**. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- BARROS, A.; FRAZÃO, D.; ANJOS, L.; AQUINO, J. O impacto do Relato Integrado no value relevance das empresas participantes do programa piloto no Brasil. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 12, n. 3, p. 43-64, 2018.
- BEVILAQUA, I. C.; NEUMANN, M.; FAIA, V. S. Fatores que Favorecem e/ou Limitam o Pensamento Integrado na Prática: uma análise do conceito, incorporação e benefícios apresentados pela literatura do relato integrado. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 16, n. 3, p. 148-171, 2020.
- BOGDAN, R., BILKEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BORGES, Daniela Viana. **Análise da frequência de palavras em relatos integrados: um enfoque em “sustentabilidade”**. [S. l.: s. n.], 2022.
- CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C.; ANDRADE, L. P. Padrões de utilização de indicadores de desempenho não-financeiros: um estudo exploratório nas empresas de Serra Talhada/PE. **ABCustos**, v. 3, n. 2, p. 1-26, 2008.
- CARVALHO, L. N. G.; KASSAI, J. R. Relato Integrado: a nova revolução contábil. **Revista Fipecafi**, n. 1, p. 21-34, 2014.
- CASTANHA, E. T.; RENGEL, R.; KOCH, A. M.; GASPARETTO, V. Relato Integrado: Evidenciação de riscos relacionais pelas empresas participantes do Projeto Piloto no Brasil. **Read**, v. 27, n. 3, p. 806-834, set-dez, 2021.
- CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrica Sul Americano. **Revista de Informação Contábil**, v. 4, n. 4, p. 83-102, 2010.

CHAVES, G. L. D.; ALCÂNTARA, R. L. C.; ASSUMPÇÃO, M. R. P. Medidas de desempenho na logística reversa: o caso de uma empresa do setor de bebidas. **Relatórios de Pesquisa em Engenharia de Produção**, v. 8, n. 2, p. 1-23, 2008.

CHENG, M.; GREEN, W.; CONRADIE, P.; KONISHI, N.; ROMI, A. The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. **Journal of International Financial Management & Accounting**. v. 25, n. 1, p. 90-119, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 1/2021**. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/oficios-circulares/sep/anexos/oc-sep-0121.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Orientação Técnica CPC 09 Relato Integrado, 2021**. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/CTG09.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 85-101, 2010.

CUNHA, J. V., MORAIS, A. I., RODRIGUES, M. A. Integrated reporting - IR: o novo paradigma em corporate reporting. **Revisores e Auditores**, p. 34-41, 2016. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/72/Contabilidade.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

DANTAS, Diogo Willavian Maciel. **Discussões Sobre a Qualidade o Relato Integrado (RI) no Setor Público Brasileiro**. [S. l.: s. n.], 2022.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 28., 2004, Paraná. **Anais [...]**. Paraná: ANPCONT, 2004.

DAROLT, Gislaine Costa *et al.* Empresas Integrantes Do Índice De Sustentabilidade Empresarial e a Adesão Ao Ods 2. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 10, p. 18554-18577, 2023.

DASCALU, C.; CARAIANI, C.; LUNGU, C. I.; COLCEAG, F.; GUSE, G. R. The externalities of social environmental accounting. **International Journal of Accounting and Information Management**. v. 18, p. 19-30, 2010.

DENZIN, N.K., LINCOLN, Y.S. **Handbook of qualitative research. Thousand Oaks (CA): Sage Publications**. [S. l.: s. n.], 1994.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, T. F. **Avaliação de Indicadores Operacionais: estudo de caso de uma empresa do setor ferroviário**. 2008. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008.

DYE, R. A. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 181-235, 2001.

ECCLES, R. G.; KRZUS, M. P. **Relatório Único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

ECCLES, R. G.; SPIESSHOFER, B. Integrated reporting for a re-imagined capitalism. **Harvard Business School General Management Unit Working Paper**, n. 16-032, 2015.

ELENA, N. I. Company performance measurement and reporting methods. *Annals of the University of Oradea*, **Economic Science Series**, v. 21, n. 2, 2012.

EY. **Relato Integrado: pensamento, estratégia e valor compartilhado**. Disponível em: [http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/Relato_Integrado_2014/\\$FILE/RelatoIntegrado_WEB.pdf](http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/Relato_Integrado_2014/$FILE/RelatoIntegrado_WEB.pdf). Acesso em: 29 out. 2023.

FERREIRA, Beatriz da Silva *et al.* **Relato integrado e a sustentabilidade de companhias abertas brasileiras: uma análise das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da B3**. [S. l.: s. n.], 2023.

FRANCIS, J., NANDA, D., OLSON, P. Voluntarily disclosure, information quality, and costs of capital. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 1, p. 53-99, 2008.

FREEMAN, R. E. **Strategic Management: A stakeholder approach**. Cambridge University Press, 2010.

FREITAS, B. F. G.; FREIRE, F. S. Relato Integrado: um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, 2017.

FRIAS-ACEITUNO, J. V., RODRIGUEZ-ARIZA, L., GARCÍA-SANCHEZ, I. M. Is integrated reporting determined by a country's legal system? An exploratory study. **Journal of Cleaner Production**, v. 44, p. 45-55, 2013.

GARCIA, A.; CIASCA, D.; MARÇAL, A. Como o Relato Integrado vem sendo disseminado no contexto das Organizações Privadas e Públicas? *In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING*, 19., 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2019.

GARCIA, S.; GUERRERO, M. Indicadores de sustentabilidad ambiental em La gestión de espacios verdes: Parque urbano Monte Calvário, Tandil, Argentina. **Rev. Geogr. Norte Gd.**, n. 35, p. 45-57, 2006.

GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. **Contabilidade Gerencial**. 14. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, E. R. P.; KROTH, M. L.; MULLER, I.; RANKEL, V. H.; CRISTIANO, C. C. S.; SOUZA, E. C.; DUARTE, N. L.; COZZATTI, A. J.; SILVA, J. R.; SANTOS, J. C.; SOUZA, J. D.; GLONEK, K. F. J. Estudo sobre o grau de utilização de indicadores-padrão de desempenho empresarial: uma análise multicaso na região do Vale do Itapocu. Navus: **Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 4, n. 1, p. 89-100, 2014.

GUTTENTAG, M. D. An argument for imposing disclosure requirements on public companies. Fla. St. **UL Rev.**, v. 32, p. 123, 2004.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p. 77-108, 1996.

HAVLOVÁ, K. What integrated reporting changed: the case study of early adopters. **Procedia Economics and Finance**, v. 34, p. 231-237, 2015.

HIGGINS, C.; STUBBS, W.; TWEEDIE, D.; MCCALLUM, G. Journey or toolbox? Integrated reporting and processes of organisational change. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 32, n. 6, p. 1662-1689, 2019.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS BOARD. **IFRS Foundation announces International Sustainability Standards Board, consolidation with CDSB and VRF, and publication of prototype disclosure requirements**. 2021a. Disponível em: <https://www.ifrs.org/about-us/consolidated-organisations/>. Acesso em: 08 maio 2023.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS BOARD. **IFRS Foundation announces International Sustainability Standards Board, International Council on Sustainability Standards**. 2021b. Disponível em: <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>. Acesso em: 08 maio 2023.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. **Press Release**. 2010. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/03/Press-Release1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. **The International <IR> Framework**. 2013. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. **The International <IR> Framework**. 2015. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2014/12/IIRC-Integrated-Report-2015.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

KLOVIENĚ, L., SPEZIALE, M. T. Sustainability reporting as a challenge for performance measurement: Literature review. **Economics and Business**, n. 26, p. 44-53, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.7250/eb.2014.019>. Disponível em: <https://eb-journals.rtu.lv/eb/article/view/eb.2014.019>. Acesso em: 29 out. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAI, A.; MELLONI, G.; STACCHEZZINI, R. Integrated reporting and narrative accountability: the role of preparers. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 31, n. 5, p. 1381–1405, 2018.

LEMOS, K. M.; RODRIGUES, L. L.; ARIZA, L. R. Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados. Evidência empírica no mercado de capitais português. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. 7, n. 12, p. 145-175, 2009.

LIMA, G. A. S. F. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas**. 2007. 118 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIMA, G. A. S. F. Nível de evidenciação x custo da dívida das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, p. 95-108, 2009.

LIMA, Hortência Gomes de; SILVA, Roseane Patrícia de Araújo. Disclosure de informações dos capitais não financeiros do Setor de utilidade pública da bm&fbovespa: uma evidência a Partir do relato integrado. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 11, n. 3, p. 120-142, 2017.

MACEDO, M. A. S.; SILVA, F. F. Análise de desempenho organizacional: propondo uma modelagem utilizando indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de Performance Empresarial. **Revista Alcance**, v. 12, n. 2, p. 211-232, 2005.

MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J.; SIQUEIRA, J. R. M. Análise Comparativa do Desempenho Contábil-Financeiro de Empresas Sócio-Ambientalmente Responsáveis no Brasil. *In*: CONGRESSO DA ANPCONT, 3., 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPCONT, 2009.

MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J. Análise do Desempenho Contábil-Financeiro de Seguradoras no Brasil no ano de 2007: um estudo apoiado em Análise Hierárquica (AHP). **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 3, p. 135-165, 2010.

MARTINS, O.S.; MONTE, P.A. Variáveis que Explicam os Desempenhos Acadêmico e Profissional dos Mestres em Contabilidade do Programa Multiinstitucional UnB/UFPB/UFRN. **Revista Universo Contábil**, v.7, p.68-87, 2011.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EduSer**, v. 2, n. 2, 2010.

MOTA, A. F.; COELHO, A. C. D.; QUEIROZ, L. L. Teorias da Informação e Teoria da Contabilidade: contribuição para tratamento da informação contábil. *In*: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2014.

MURCIA, F. D.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.

NASCIMENTO, S.; KROENKE, A.; BEUREN, I. M. Indicadores de desempenho abordados em artigos de periódicos do Qualis Capes. **FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão**, v. 13, n. 2, 2010.

NASCIMENTO, M. C.; RODRIGUES, R. N.; ARAÚJO, J. G.; PRAZERES, R. V. Relato Integrado: Uma Análise do Nível de Aderência das Empresas do Novo Mercado aos Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros. *In*: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 15., 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2015.

NAYNAR, N. R.; RAM, A. J.; MAROUN, W. Expectation gap between preparers and stakeholders in integrated reporting. **Meditari Accountancy Research**, v. 26, n. 2, p. 241-262, 2018.

NEELY, A. **Avaliação do desempenho das empresas. Porquê, o quê e como**. Lisboa: Caminho, [S. l.: s. n.], 2002.

NEELY, A.; GREGORY, M.; PLATTS, K. Performance measurement system design – A literature review and research agenda. **Internacional Journal of operations & Production Management**, v. 25, n. 12, p. 1226-1263, 2005.

NEUMANN, M., BEVILAQUA, I.C., & FAIA, V.D.S. Evidenciação de informações Financeiras e Não Financeiras pela Cooperativa Unimed Uberaba a partir dos Capitais do Relato Integrado: Um estudo com base na Teoria da Divulgação Voluntária. *In*: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 20., 2020. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2494.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**, 2002. Tese (Doutorado Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2002.

PAREDES, A. G.; BESEN, F. G.; ALMEIDA, R. S. Relato Integrado: nível de aderência dos indicadores-chave dos capitais não financeiros das empresas do setor financeiro. **ConTexto-Contabilidade em Texto**, v. 22, n. 50, p. 80-96, 2022.

PAVIE, J. J. E. **Responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro: uma meta análise**, 2008. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) - Faculdade de Economia e Finanças IBMEC, Rio de Janeiro, 2008.

PEREZ JUNIOR, J. H.; OLIVIERI NETO, R.; SILVA, C. A. S. **Relatório Integrado – Integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos**. 1ª ed, São Paulo: Atlas, 2014.

PERROTTA, C. **Um texto pra chamar de seu: preliminares sobre produção de texto acadêmico**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

POINCELOT, E.; WEGMANN, G. Les motivations des managers utilisant des critères non financiers: Une analyse empirique. **Comptabilité-Contrôle-Audit**, v. 14, n. 1, p. 69-92, 2008.

RIBEIRO, Caio Escolarique *et al.* **Nível de aderência das empresas listadas na B3 que divulgam o relato integrado no padrão IIRC aos indicadores dos capitais não financeiros**. [S. l.: s. n.], 2018.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, M. G. C.; MACEDO, M. Á. S.; MARQUES, J. A. V. C. Análise da relevância de indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de desempenho organizacional: um estudo exploratório no setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 15, p. 60-79, 2012.

RICARDO, V. S.; BARCELLOS, S. S.; BORTOLON, P. M. Relatório de Sustentabilidade ou Relato Integrado das Empresas Listadas na BM&FBovespa: Fatores Determinantes de Divulgação. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 90-104, 2017.

RODRÍGUEZ, G. G., FLORES, J. G., & JIMÉNEZ, E. G. **Metodología de la investigación cualitativa**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1999.

RODRIGUES, M. A.; MORAIS, A. I.; CUNHA, J. V. Integrated Reporting < IR>: O novo paradigma em Corporate Reporting. **Rev. da Ordem dos Revisores Of. Contas**, n. 35, p. 34-41, 2016.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Ensaio sobre a teoria da divulgação. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2005.

SANTOS, C. K. S., & MIRANDA, G. J. **Framework para avaliação do conteúdo informacional do Relato Integrado**: uma proposta baseada na Técnica Delphi. [S. l.: s. n.], 2021.

SIMNETT, R.; HUGGINS, A. L. **Integrated reporting and assurance**: where can research add value?. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 2015.

SOARES, R. A.; ABREU, M. C. S. D.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; MARINO, P. D. B. L. P. Efeito do sistema nacional de negócios sobre a evidenciação social e ambiental: uma comparação entre Brasil e Canadá. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, p. 29-47, 2020.

ŠOBOTA, A.; PELJHAN, D. Importance of different perspectives in integrated performance measurement systems. **Journal of Business Management**, v. 5, n. Special Edition, 2012.

SOUZA, A. A. **Principais ferramentas de medição de desempenho econômico-financeiro das organizações**, [S. l.: s. n.], 2005. Disponível em: https://cdn.administradores.com.br/app/uploads/2022/01/29173339/academico_1134_190226_153109.pdf. Acesso em: 08 maio 2023.

SOYKA, P. A. The International Integrated Reporting Council (IIRC) Integrated Reporting Framework: Toward Better Sustainability Reporting and (Way) Beyond. **Environmental Quality Management**, v. 23, n. 2, p. 1-14, 2013.

SRIMAI, S.; RADFORD, J.; WRIGHT, C. An interdisciplinary perspective on the evolution of strategic performance management systems. *Active Citizenship By Knowledge Management & Innovation: Proceedings Of The Management, Knowledge And Learning International Conference*, Croácia. **Anais [...]**, Croácia, 2013.

STAKE, R. E. Case Studies. *In*: N. Denzin Y. Lincoln, **Handbook of qualitative research**, p. 236-247. Newsbury Park: Sage, 1994.

STAKE, R. E. **Investigación con estudio de casos**. Madrid: Morata, 1999.

STUBBS, W; HIGGINS, C. Stakeholders' perspectives on the role of regulatory reform in integrated reporting. **Journal of Business Ethics**, v. 147, n. 3, p. 489–508, 2018.

TEIXEIRA, A. C.; RECH, I. J.; ZANOLLA, E.; COUTO, M. H. A. Nível da divulgação das informações não financeiras das empresas brasileiras participantes do projeto piloto de relato integrado. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 18, n. 46, p. 16-31, 2021.

TIBÉRIO, Natália Fontenele *et al.* **Evolução do Disclosure dos Capitais Pelo Framework do Relato Integrado das Empresas Antes da Resolução 14/2020 Da CVM, 2022**. Disponível em: <http://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/0baf163c24ed14b515aaf57a9de5501c.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2011.

TRINDADE, D. P.; CLARO, J. A. C. D. S.; TINOCO, J. E. P.; SEVERO, P. S. Uso de indicadores financeiros e não financeiros na tomada de decisões gerenciais. **Caderno Profissional de Administração da UNIMEP**, v. 3, n. 1, p. 1-17, 2013.

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 22, p. 97-180, 2001.

VILLIERS, C.; UNERMAN, L. Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 27, n. 7, p. 1042-1067, 2014.

VALUE REPORTING FOUNDATION. INTERNATIONAL. **<IR> Framework**. 2021. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ZHANG, J.; FAN, Z.; WANG, L. Corporate competitive strategy voluntary disclosure and company characters. **Social Science Research Network**, 2008.

YIN, R. **Applications of case study research**. Beverly Hills, CA: Sage Publishing, 1993.

YIN, R. **Estudo de Caso. Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.